



As rotinas produtivas dos jornais: entre o imaginário e as teorias do jornalismo

Adriana BARSOTTI¹
Leonel AGUIAR²

Resumo:

O objetivo deste artigo é analisar as rotinas produtivas envolvidas no processo de edição dos jornais impressos, à luz das teorias do jornalismo. Para alcançar os objetivos, foram utilizados prefácios de livros que reúnem, segundo suas propostas editoriais, as mais relevantes primeiras páginas de jornais brasileiros. Os textos são assinados por dois jornalistas que já ocuparam cargo de direção e um colunista. A hipótese é que haja um grau de descompasso entre o imaginário que a cultura profissional construiu sobre os valores jornalísticos e as características distintivas da atividade já apontadas pelas teorias do jornalismo. A metodologia utilizada combina a análise de narrativas e revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Jornais. Teorias do jornalismo. Rotinas produtivas. Imaginário.

The productive routines of newspapers: between the imaginary and the theories of journalism

Abstract:

The purpose of this article is to analyze the productive routines involved in the editing process of printed newspapers, in light of journalism theories. To achieve the objectives, our corpus are the prefaces of books which, according to their editorial proposals, bring the most relevant front pages of Brazilian newspapers. The texts are signed by two journalists who have already held the position of director and a columnist. The hypothesis is that there is a degree of mismatch between the imaginary that professional culture has built on journalistic values and the distinctive characteristics of the activity already pointed out by the theories of journalism. The methodology combines the narrative analysis and bibliographic review.

Keywords: Newspapers. Journalism theories. Productive routines. Imaginary.

¹ Professora Adjunta do Departamento de Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora e mestre em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Jornalista graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *E-mail:* leonelaguiar@puc-rio.br

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutor e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Jornalista diplomado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). *E-mail:* barsotti.adriana@gmail.com





Las rutinas productivas de los periódicos: entre lo imaginario y las teorías del periodismo

Resumen:

El propósito de este artículo es analizar las rutinas productivas involucradas en el proceso de edición de periódicos impresos, a la luz de las teorías periodísticas. Para lograr los objetivos, se utilizaron prefacios de libros que reúnen, de acuerdo con sus propuestas editoriales, las portadas más relevantes de los periódicos brasileños. Los textos están firmados por dos periodistas que han ocupado cargos directivos y un columnista. La hipótesis es que existe un cierto desajuste entre el imaginario que la cultura profesional ha construido sobre los valores periodísticos y las características distintivas de la actividad ya señaladas por las teorías del periodismo. La metodología utilizada combina el análisis de narrativas y la revisión bibliográfica.

Palabras clave: Periódicos. Teorías del periodismo. Rutinas productivas. Imaginario

Introdução

A sensação inquietante de que “há assuntos em quantidade” para serem abordados nas páginas de jornais aparece no prefácio do livro *100 páginas que fizeram história: grandes momentos do jornalismo brasileiro nos últimos 80 anos*, de autoria do jornalista Alberto Dines, falecido em 2018 e cujo currículo acumula cargos como diretor de redação do *Jornal do Brasil* por 12 anos, chefe da sucursal do Rio de Janeiro da *Folha de S. Paulo* e criador do *Observatório da Imprensa*, site com a crítica sistemática da imprensa brasileira. O livro é uma coletânea de primeiras páginas marcantes de jornais e de revistas no período de 1917 a 1997, selecionadas por Dines com a ajuda de 76 jornalistas. Nas palavras de Dines, o jornalismo é um “ofício-desafio” por ter que terminar “a tarefa interminável” de seleção dos acontecimentos.

Última profissão romântica, o jornalismo é, na realidade, um ofício-desafio: terminar a tarefa interminável. Cada edição que se abre – diária, semanal ou mensal – contém a mesma provocação. Cada fechamento, igual expectativa. Em cada intervalo, a mesma frustração de não ter conseguido levar aos leitores todas as relevâncias do que aconteceu ou irá acontecer (DINES, 1997, prefácio).

A mesma menção à concorrência infinita entre os temas que poderiam estar estampados na primeira página aparece no texto de apresentação de Otavio Frias Filho, no livro *Primeira Página: 95 anos de história nas capas mais importantes da Folha*. Frias Filho, falecido em 2018, foi diretor de redação da *Folha de S. Paulo* e do Grupo Editorial



Folha por mais de 30 anos. Diante de um “fluxo” composto por uma “infinitude” de acontecimentos, ele chega a comparar tal concorrência ao processo de “seleção natural”:

Mesmo que não exista acordo sobre o que é um ‘fato’ – como isolá-lo, por exemplo, do fluxo em que se dissolvem todos os acontecimentos? –, damos como certo que a cada dia ocorre uma infinidade deles. Somente uma parcela ínfima é recolhida e relatada às pressas pelos jornais; parcela ainda menor é projetada, depois de vencer uma corrida semelhante à da seleção natural, nas primeiras páginas (FRIAS FILHO, 2016, p. 7).

Para Frias Filho (2016, p. 7), as primeiras páginas se convertem em “espelhos do mundo”, mas não seriam apenas convexos, mas “duplos”. Por meio das capas de jornais, prossegue, o leitor seria informado sobre a “realidade objetiva”, mas também sobre o recorte humano – ou seja, jornalístico, com suas “idiossincrasias, hábitos e ilusões” – que determina a escolha do que “vale” e do que “não vale” estar na primeira página. Em sua reflexão, o jornalista atribui a decisão sobre a seleção dos fatos que estarão nas primeiras páginas a uma mescla “de fatores de mercado, política editorial, tradição jornalística, gosto plástico, valores” (FRIAS FILHO, 2016, p. 7).

Em outro texto de apresentação do livro *Primeira Página: 95 anos de história nas capas mais importantes da Folha*, o ex-colunista do jornal Nicolau Sevcenko, falecido em 2014, observa que é “desconcertante” para o historiador confrontar-se com a primeira página de um jornal, que ele define como “uma única folha de papel que procura ser o espelho do mundo, concentrando no seu rosto todos os acontecimentos mais marcantes do momento presente” (SEVCENKO, 2016, p. 6). A origem da perturbação estaria no fato de o historiador, “esse profissional cartesiano acostumado a dividir, separar, selecionar” encontrar na primeira página uma miscelânea de acontecimentos aparentemente sem nenhum denominador comum entre eles, a que chama de “perversa reunião”:

Para seu completo espanto, aparecem lado a lado a irrupção de uma guerra sangrenta que põe em risco a própria sobrevivência da humanidade, o casamento de uma atriz de TV nacionalmente conhecida, um gol anulado numa disputa entre times locais e um chimpanzé que fugiu do circo e subiu no poste de iluminação. Qual é o critério dessa perversa reunião? (SEVCENKO, 2016, p. 8).

Mais adiante, Sevcenko também classifica as primeiras páginas de jornais como um “arranjo desarticulado e incoerente”, um “gesto de força” com o qual pretendem “abraçar o mundo”:

O gesto de força com que o jornal pretende abraçar o mundo e espelhá-lo na sua primeira página se transforma em fragilidade diante do arranjo desarticulado e incoerente que ele produz: cinco linhas para o incêndio na Birmânia, três colunas e um editorial inflamado para a majoração das passagens dos ônibus municipais (SEVCENKO, 2016, p. 8).

O objetivo deste artigo é analisar as rotinas produtivas envolvidas no processo de edição dos jornais impressos, à luz das teorias do jornalismo. Como *corpus*, adotamos textos de dois jornalistas que já ocuparam cargos de direção e de um colunista e historiador, apresentados em prefácios de livros de coletâneas com as mais relevantes primeiras páginas de periódicos de referência (WOLF, 2009), segundo suas propostas editoriais. A hipótese é que haja um grau de descompasso entre o imaginário que prevalece sobre a profissão nessas narrativas e as características distintivas da atividade já apontadas pelas teorias do jornalismo.

Metodologia

Primeiras páginas costumam ser a principal porta de entrada para a leitura dos jornais impressos. “Nenhum estudo sobre o conteúdo dos jornais será completo sem uma análise de suas primeiras páginas”, escreveu Armstrong, em 1926, depois de conduzir uma pesquisa de 50 anos sobre as transformações nas capas de jornais norte-americanos entre 1875 e 1925. “Pela primeira página, um jornal é julgado. O tom da primeira página é uma medida bem precisa do que é o jornal como um todo” (ARMSTRONG, 1926, p.17, tradução dos autores³).

A partir das observações de Armstrong (1926), precisamente sobre a primeira página de jornais serem simbólicas de todas as demais páginas dos periódicos, buscamos coletâneas históricas sobre elas e chegamos a quatro: *Primeira Página: 95 anos de história nas capas mais importantes da Folha; 100 páginas que fizeram história: grandes*

³ No original, em inglês: “No study of newspaper content is complete without an analysis of the front page. By the front page a newspaper is judged, and rightly so. The tone of the front page is a fairly accurate criterion of the whole paper” (ARMSTRONG, 1926, p. 17).

momentos do jornalismo brasileiro nos últimos 80 anos; Páginas da história: os fatos que marcaram o país e o mundo, expostos nas capas históricas do jornal O Estado de S. Paulo e Páginas: 80 anos de história nas manchetes do Globo.

Não era nosso objetivo analisar o conteúdo das primeiras páginas estampadas em tais coletâneas, e sim procurar textos que promovessem reflexões acerca do fazer jornalístico que envolve a primeira página – e, logo, o jornal como um todo, como apontado por Armstrong (1926). Depois de examinar os quatro livros com coletâneas de jornais de referência (WOLF, 2009) no Brasil, foram desconsideradas as de *O Globo* e a de *O Estado de S. Paulo*. A de *O Globo* foi descartada pelo fato de trazer apenas um breve texto de apresentação, com tom mercadológico. E a de *O Estado de S. Paulo*, por se ater apenas à correlação entre a história do jornal e os fatos históricos da cidade ao longo do período compreendido no livro.

Já no livro organizado por Dines e na coletânea da *Folha de S. Paulo*, há textos que refletem sobre o fazer jornalístico nas rotinas de produção de um jornal. Para este artigo, selecionamos analisar os três textos encontrados neles com tais reflexões: o de Alberto Dines, o de Otávio Frias Filho e o de Nicolau Sevcenko. Neste ponto, cabe ressaltar que nosso objetivo, além de articular o ideário sobre a profissão que emerge desses prefácios com os autores clássicos das teorias do jornalismo, também se vincula com as análises sobre o discurso de Foucault. Entendemos que o discurso jornalístico emana relações de poder-saber a partir da autoridade que o jornalista detém perante a sociedade.

Além da revisão bibliográfica, optamos por utilizar a análise de narrativas como método (RIESSMAN, 2005). Riessman enfatiza que, nas Ciências Humanas, existem diferentes abordagens para a análise de narrativas que têm em comum, entretanto, uma história a ser contada. Os eventos são selecionados, organizados, conectados e avaliados como significativos para uma determinada audiência. *Storytellers* – os jornalistas contando “estórias”, conforme destaca o título do artigo de Gaye Tuchamn (1999) – interpretariam o mundo e suas narrativas representariam formas de conhecimento. Entendemos que as falas aqui selecionadas são simbólicas do fazer jornalístico e, portanto, um meio para conhecê-lo.



A ordem do discurso jornalístico

O exercício de selecionar o que será impresso nas páginas de um periódico embute uma disputa pelo discurso que pode ser entendida sob a ótica de Foucault (2009). Os estudos do teórico contribuíram para a visão do discurso como lugar de produção das relações de poder-saber. Ao afirmar que o poder flui, Foucault relativizou o poder absoluto e soberano do Estado e de seus aparatos, mostrando como ele perpassa todas as relações sociais. Ele entende o discurso como uma dessas manifestações de poder e de tensão.

Para Foucault (2009), a história tradicional das ideias foi dominada por quatro noções que ele julgou ser necessário desconstruir: a significação, a originalidade, a unidade e a criação. Para Foucault, o discurso não tem uma única significação, mas múltiplas interpretações. É preciso, argumenta ele, suspender “a soberania do significante” (FOUCAULT, 2009, p. 51). Não devemos “imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas”, sustenta (FOUCAULT, 2009, p. 51). “Parece que o pensamento ocidental tomou cuidado para que o discurso ocupasse o menor lugar possível entre o pensamento e a palavra [...], para que aparecesse apenas como um certo aporte entre pensar e falar” (FOUCAULT, 2009, p. 46). Foucault (2009, p. 53) lembra que não há uma unidade “pré-discursiva” da qual podemos lançar mão para nomear a realidade social.

A noção de “originalidade” também deve ser combatida, sustenta Foucault. Não há um marco zero, uma data fundadora dos discursos. O teórico observa que tendemos a considerar o que chama de “papel positivo” dos autores, das disciplinas, da “vontade de verdade” na construção dos discursos. A positividade residiria na organização dos saberes por meio do discurso. Para ele, o que deveria estar em jogo, entretanto, é o papel negativo da “rarefação do discurso”. Ou seja, o que precisaria ser posto em xeque é como os discursos dominantes são excludentes. Poucos sujeitos falam (FOUCAULT, 2009, p. 19-26).

O sistema de exclusão do discurso, entretanto, não significa que exista um discurso único, “ilimitado, contínuo e silencioso” prestes a emergir e ao qual devemos



dar fala, alerta Foucault (2009, p. 36). “Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2009, p. 53). Em suma, Foucault aponta para a relatividade da produção discursiva e sua máscara: a impossibilidade de apreensão de uma realidade pretensamente objetiva.

Ser o “espelho do mundo”, todavia, é uma retórica que rege a cultura dos jornalistas ainda hoje, embora a filosofia, as ciências sociais e as teorias do jornalismo já tenham reconhecido as limitações da busca pela “verdade dos fatos”. Barbosa (2010) resgata falas de jornalistas fundadoras de um passado mítico da profissão no Brasil. Os depoimentos revelam os alicerces sobre os quais o grupo construiu o ideal da profissão. Entre eles, o da objetividade, responsável pela criação de uma imparcialidade mítica que conferiria maior poder simbólico ao profissional que pretende ser o “tradutor do mundo para o público” (BARBOSA, 2010, p. 81):

Aspecto recorrente nas narrativas memoráveis dos jornalistas como grupo é o da valorização da informação. Em todas as falas, a separação entre o mundo da opinião e o mundo da informação vai construindo o ideal de objetividade como valor imprescindível para a notícia e, sobretudo, como aspecto fundamental da profissão. Com isso, instauram a mítica da imparcialidade, indispensável para quem quer se afirmar como tradutor do mundo para o público. E, em função disso, aquinhoar maior poder simbólico (BARBOSA, 2010, p. 81).

Nascida no século XIX e fruto do cientificismo e do positivismo da época, a metáfora do espelho, de fato, ainda é recorrente no imaginário do jornalismo. Mindich (1998) cita alguns exemplos recentes de seu emprego. Em editorial, o *The New York Times* recorreu a ela ao afirmar que “a diferença entre notícias e ficção é a diferença entre um espelho e uma pintura” (*Apud* MINDICH, 1998, p. 6). A revista *Time*, que mantém o ritual de eleger a personalidade do ano, não foge à regra: “Nós não escolhemos o homem do ano. A História o faz” (*Apud* MINDICH, 1998, p. 7). A promessa, enfatiza o autor, não é de uma visão do mundo através das lentes dos jornalistas, mas do *fac-símile* do mundo (MINDICH, 1998).

Outro caso notório de uso do paradigma do espelho foi a assinatura que o apresentador Walter Cronkite (*Apud* MINDICH, 1998, p. 5), âncora do *CBS Evening*



News de 1962 a 1981, celebrizou: “E é assim que as coisas são”. Dan Rather (*Apud* MINDICH, 1998, p. 5), que o sucedeu na função até 2005, sintomaticamente substituiu a assinatura para “Isto é real. E isto é parte do nosso mundo”. Na visão de Mindich (1998, p. 5), ao mesmo tempo em que Rather evocava ainda a realidade, punha-se a questioná-la, pois não dizia “este é o mundo” tampouco “parte do mundo”, mas “parte do nosso mundo”, ou seja, o mundo visto pelos filtros da emissora.

As disputas por trás das páginas

Se existem filtros, como eles funcionam? O que é determinante para a escolha dos temas que estarão nas páginas dos jornais? As teorias do jornalismo podem fornecer algumas contribuições. A teoria do *gatekeeping* dá as primeiras pistas sobre o processo de seleção das notícias (WHITE, 1999). White usou a teoria do *gatekeeping* para mostrar como os editores filtram as notícias. Em seu estudo de caso, ele se concentrou no último *gatekeeper* da cadeia: um editor de primeira página, denominado por ele de Mr. Gates, que trabalhava em um jornal norte-americano com tiragem, à época, de 30 mil exemplares.

Naquele estudo de caso, foi pedido ao editor que realizasse a revisão de todas as notícias que recusara ao longo do dia (à época, elas chegavam em despachos por telex enviados pelas agências de notícias). Depois do fechamento, relia uma a uma, anotando o motivo pelo qual elas não haviam sido selecionadas. Ao longo de uma semana, apenas um décimo das notícias foi aprovado pelo filtro de *Mr. Gates*. White estava mais interessado em investigar as razões pelas quais o restante fora reprovado. O autor concluiu que a seleção de notícias “era extremamente subjetiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, nas atitudes e nas expectativas do *gatekeeper*” (WHITE, 1999, p. 145).

Contudo, a falta de espaço foi um fator determinante para a recusa de uma grande quantidade de notícias: nada menos que 168 vezes *Mr. Gates* fez a anotação “sem espaço”. White (1999) apontou que, embora aos olhos de Mr. Gates a notícia muitas vezes tivesse valor, o espaço teria mais. O interessante é notar que o próprio White relativiza a influência do gosto pessoal do editor em suas escolhas, embora as conclusões de seu





estudo tenham sustentado a prevalência de critérios subjetivos. Ele nos fornece a pista de que já naquela ocasião era possível constatar aquilo que Ramonet (2007) viria a classificar como mimetismo midiático e que Wolf (2009) aponta como um critério de noticiabilidade: a concorrência entre os veículos seria também um fator de decisão na seleção das notícias.

Será que um redator telegráfico pode recusar destacar uma notícia quando um seu congênere na estação de rádio local lhe está a dar o máximo destaque? De igual modo, será que um editor telegráfico pode minimizar uma “estória” quando vê que jornais concorrentes de áreas metropolitanas vizinhas vêm para a sua cidade e lhe dão destaque? Indubitavelmente que estes fatores têm algo a ver na determinação da opinião do editor telegráfico, em relação àquilo que ele deve dar ao público leitor na manhã seguinte (WHITE, 1999, p. 150).

Cinco anos depois do estudo de White, o sociólogo norte-americano Warren Breed fez uma pesquisa com 120 jornalistas e chegou à conclusão que valores editoriais da empresa e a rotina profissional das redações tinham um peso maior nas decisões dos jornalistas do que suas crenças pessoais, dando origem à teoria dos constrangimentos organizacionais. Breed (1999) ficou intrigado ao perceber que a política editorial dos jornais é seguida nas redações, apesar de muitas vezes transgredir as normas da cultura profissional, de os jornalistas algumas vezes discordarem dela e de os *publishers* não poderem legitimamente ordená-la. Também constatou que os profissionais afirmavam aprender a linha editorial da empresa “por osmose”.

Todos, com a exceção dos novos, sabem qual é a política editorial. Quando interrogados, respondem que a aprendem “por osmose”. Em termos sociológicos, isto significa que se socializam e “aprendem as regras” como um neófito numa subcultura. Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores. Aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades (BREED, 1999, p. 155).

Entre os fatores que levariam a esse aprendizado estariam a socialização do novato na redação, a observação de quais notícias os mais experientes costumam vetar e a leitura diária do jornal para o qual se trabalha. Depois de observar como a linha editorial é apreendida, Breed (1999) levantou as razões pelas quais ela é mantida: 1) medo de sanções; 2) sentimento de estima pelos superiores; 3) aspirações de crescimento na





empresa; 4) ausência de lutas sindicais da categoria; 5) prazer da atividade; 6) desafio constante pela busca da notícia. Na direção contrária, Breed (1999) também identificou brechas que permitem sua eventual transgressão: 1) como a linha editorial nunca é claramente anunciada, existe um raio de desvio no seu cumprimento; 2) o poder de decisão do repórter sobre quem entrevistará, que perguntas fará, quais citações publicará e quais omitirá e o tom em que redigirá sua reportagem; 3) o repórter pode passar a notícia censurada para um concorrente a fim de mostrar ao *publisher* que ela é demasiada importante para ser ignorada; 4) no “furo” de reportagem, o repórter ganha a função de editor, decidindo os rumos da notícia; 5) jornalistas com *status* de estrelas podem facilmente ignorá-la.

É importante ressaltar que, entre os fatores enumerados por Breed (1999) que permitem a transgressão da linha editorial, estão os filtros aplicados pelo repórter em algumas das situações. Ou seja, a teoria dos constrangimentos organizacionais não menospreza o poder do *gatekeeper*, mas situa-o dentro do contexto do ambiente organizacional. Nessa perspectiva, a teoria dos constrangimentos organizacionais avança e complementa a teoria do *gatekeeping*.

Soloski (1999), na mesma linha de raciocínio de Breed, aponta constrangimentos no trabalho jornalístico exercidos graças às rotinas profissionais. Para ele, o profissionalismo controla o comportamento dos jornalistas ao estabelecer padrões e normas de comportamento e ao determinar o sistema de recompensas profissionais. Todavia, como já apontara Breed, os jornalistas, por sua vez, teriam independência suficiente para transgredir regras. A seleção do que é notícia e das fontes noticiosas a serem ouvidas são funções do jornalista, que realizará tais tarefas seguindo as rotinas profissionais e os critérios de noticiabilidade da comunidade profissional. As organizações agiriam para limitá-la. Soloski (1999) conclui que o trabalho do jornalista é regido por limites transorganizacionais – o profissionalismo jornalístico – e interorganizacionais, por meio de mecanismos de controle representados pela política editorial.





As notícias como construção narrativa

Somente nos anos 1970, entretanto, surge o termo *newsmaking* (TUCHMAN, 1978), para designar o processo de produção das notícias como construção social da realidade. É possível que os estudos de Foucault tenham influenciado a teoria do *newsmaking*, que compreende que o discurso jornalístico se constitui como um dispositivo discursivo de construção social da realidade. Traquina (2005) nota que as notícias ajudam a construir a própria realidade. Partindo da premissa que a linguagem não é neutra, ela não pode agir como transmissora direta do significado dos acontecimentos. Ele ressalta ainda que a produção das notícias está sujeita a diversos fatores, incluindo os constrangimentos organizacionais, os limites orçamentários e as próprias rotinas produtivas para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos.

Kunczik (2002) nos conta que, já em 1688, Daniel Hartnack, ao abordar o problema da seleção de notícias, concluiu que o aparecimento periódico dos jornais produziu uma demanda por notícias que não dependiam do que acontecia no mundo. Ou seja, as notícias necessariamente deveriam ser produzidas para preencherem os jornais em seus ciclos de produção. Para Kunczik (2002), tal conclusão permitiu a Hartnack vislumbrar o problema da construção da realidade pelos meios de comunicação de massa.

Ao referir-se às notícias como socialmente construídas, Hall *et al.* (1999) observam que os órgãos de imprensa não relatam simplesmente e de uma forma transparente acontecimentos que seriam naturalmente “noticiáveis” por si só. Ao darem publicidade aos acontecimentos, os jornalistas devem procurar encaixá-los nos mapas de significado já previamente conhecidos da sociedade de modo a torná-los compreensíveis:

As coisas são noticiáveis porque elas representam a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo. Mas não se deve permitir que tais acontecimentos permaneçam no limbo da “desordem”. Este trazer de acontecimentos ao campo dos significados quer dizer, na essência, reportar acontecimentos invulgares e inesperados para os “mapas de significado” que já constituem a base de nosso conhecimento cultural, no qual o mundo social já está “traçado” (HALL *et al.*, 1999, p. 226).

Na mesma linha de análise, Tuchman (1999) argumenta que os acontecimentos noticiosos são “estórias” recontadas ano a ano que traduzem os conflitos de determinada sociedade. Como exemplo disso, Tuchman cita o relato do repórter de polícia Robert



Darnton que, à procura de uma boa “estória”, descobriu que uma bicicleta fora roubada de uma criança. O repórter se surpreendeu ao descobrir que a mesma notícia fora publicada por seu jornal anos antes: “criança vítima de roubo de bicicleta”. Tuchman (1999, p. 261) sustenta que alguns acontecimentos nunca se tornarão notícias se não puderem ser encaixados num catálogo prévio de “estórias”, enfatizando seu caráter mítico.

Tuchman (1999) aplica os conceitos de *frame* e *strip* de Goffman para analisar o processo de produção das notícias. Goffman, lembra Tuchman, define *frame* como os princípios de organização que governam os acontecimentos sociais. Já a *strip* seria um corte arbitrário do fluxo da atividade social. Os *frames* organizariam as *strips*. Utilizando os conceitos no processo de produção da notícia, equivaleria dizer que os *frames* fornecem contexto e significado aos acontecimentos, emprestando-lhes uma coerência narrativa. Os jornalistas, ao narrarem os acontecimentos, buscariam um catálogo de *frames* para aplicar às notícias (TUCHMAN, 1999).

Anderson (1991) também aponta para o caráter mítico dos jornais. Em um mesmo dia, observou ele, notícias tão díspares quanto a fome no Mali, uma reportagem sobre dissidentes soviéticos, o discurso de François Mitterrand, um golpe no Iraque, um terrível assassinato e a descoberta de um fóssil no Zimbábue podem estampar a primeira página do *The New York Times*. Por que esses eventos estão justapostos? O que os conecta?, pergunta. O próprio Anderson (1991, p. 33) responde: “a arbitrariedade dessa inclusão e justaposição mostra que a relação entre eles é imaginada”. Para o autor, “ler um jornal é como ler um romance cujo autor abandonou qualquer ideia de enredo coerente” (ANDERSON, 1991, p. 33).

Bird e Dardenne (1999) observam que os jornalistas resistem à conceituação da notícia como uma construção narrativa e preferem sustentar seu trabalho em termos da objetividade, imparcialidade, equilíbrio e reflexo da realidade. As notícias, ressaltam os autores, seriam uma “história contínua da atividade humana”.

Considerar as notícias como narrativas não nega o valor de as considerar como correspondentes da realidade exterior. As notícias enquanto abordagens narrativas não negam que informam; claro que os leitores aprendem com as notícias. No entanto, muito do que aprendem pode ter pouco a ver com os “fatos”, “nomes” e “números” que os jornalistas tentam apresentar com tanta

exatidão. Estes pormenores – significantes e insignificantes – contribuem todos para o bem mais amplo sistema simbólico que as notícias constituem (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 265).

Ao discutirem as qualidades narrativas das notícias, Bird e Dardenne (1999) apontam que a maioria dos autores prefere classificá-las quanto ao seu conteúdo. Por exemplo, Gans dividiu-as entre “importantes” e “interessantes”, enquanto Schudson fez a oposição entre “informação” e “estória”, conforme já apontaram Aguiar e Schaun (2016, p. 229). Entretanto, Bird e Dardenne refutam tais classificações por dois motivos principais. Em primeiro lugar, não acreditam que o público perceba o mundo tão claramente dividido entre esses opostos; segundo, porque tal discussão ofusca a análise estrutural das notícias em si. Os autores propõem que elas sejam vistas como um mito. Por meio dos mitos, os membros de uma cultura aprendem sobre ela e compartilham seus valores.

Ao aplicar o conceito de mito às notícias, é possível perceber como “elas criam ordem na desordem, transformando o saber em contar” (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 266). Para Bird e Dardenne (1999), as notícias oferecem mais do que os fatos: elas proporcionam aos leitores tranquilidade e familiaridade em situações compartilhadas culturalmente. Assim, uma notícia sobre um crime é somada ao repertório de notícias sobre crimes que os leitores já dispõem previamente. Muito além dos números e detalhes apresentados, ela torna-se parte de “uma estória ou mito mais amplo acerca de crimes e valores” (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 267).

Entre o imaginário idealista e as teorias do jornalismo

Depois de revisitarmos as teorias do jornalismo, uma análise atenta revela que o texto de Frias Filho sobre o fazer jornalístico no livro *Primeira Página: 95 anos de história nas capas mais importantes da Folha* é atravessada por elas. A “política editorial” e os “fatores de mercado” a que Frias Filho (2016, p. 7) se refere, ao mencionar que são agentes que interferem na seleção das notícias nos jornais, estão ligados à teoria dos constrangimentos organizacionais, conforme aponta Breed (1999). Já os “hábitos”, os “valores” e a “tradição jornalística”, descritos por Frias Filho (2016), podem ser vinculados à teoria do *gatekeeper* de White (1999).



Frias Filho (2016, p. 7) sustentou no texto que, “por trás da multiplicidade de influências, que se articulam de maneira tão incidental quanto os próprios eventos do dia” na composição das primeiras páginas, emergem “trações antagônicas”. O ex-diretor do jornal *Folha de S. Paulo* escreveu que “toda primeira página será o resultado de seu conflito e tentará expressar uma fórmula de equilíbrio” (2016, p. 7). A narrativa do jornalista, no esforço de caracterizar o discurso jornalístico, nos remete ao pensamento de Foucault (2009). O reconhecimento da existência de disputas de poder por trás das páginas de jornais respalda o sistema de exclusão do discurso, como apontado pelo teórico.

Sevcenko também deixa transparecer esse sistema em texto publicado no mesmo livro, *Primeira Página: 95 anos de história nas capas mais importantes da Folha*. “Nunca vi [...] nenhuma manchete destacando o pavoroso massacre dos negros em Sharpeville, África do Sul, ocorrido em março de 1960 e transformado pela ONU em Dia Mundial de Combate ao Racismo”, cita o historiador (2016, p. 8). “Isso o jornal não deu ou só mencionou sem ênfase e sem detalhes. E, se não deu, é como se nada houvesse acontecido” (SEVCENKO, 2016, p. 8-9). Para Sevcenko (2016, p. 9), o jornal não só fala do mundo, “mas participa efetivamente da produção da imagem que todos nós compomos da realidade e do cotidiano”. A observação do historiador sobre o papel do jornalismo na construção da realidade chancela o pensamento de Tuchman (1978; 1999), Traquina (2005) e também se articula com o de Hall *et al.* (1999). Segundo os autores, o jornalista encaixaria os acontecimentos em “mapas de significado” prévios. Dito de outra forma, o jornalismo nos ajudaria a “compor” as referências que já compartilhamos como sociedade.

Essa narrativa de construção social da realidade não emerge no texto de Frias Filho. O argumento do jornalista, segundo o qual as primeiras páginas de jornais refletiriam a “realidade objetiva”, deve ser relativizado à luz do pensamento de Foucault e das teorias do jornalismo. Foucault (2009, p. 53), como já apresentado aqui, lembra que não há uma unidade “pré-discursiva” da qual podemos lançar mão para nomear a realidade social. Ou seja, a primeira página não poderia ser, portanto, fruto da “realidade objetiva” nem “espelho do mundo”, como analisou o ex-diretor da *Folha de S. Paulo*. A



capa dos jornais, assim como todas as suas páginas, é construída por uma ordem que rege a produção do discurso, com todas as suas nuances. Como apontou Foucault, não há um discurso único prestes a emergir. Logo, não há como os jornais serem “o” espelho da realidade, imaginário já desconstruído pela teoria do *newsmaking* (TUCHMAN, 1978).

A narrativa de Frias Filho (2016), por outro lado, permite concluir que forças interorganizacionais e transorganizacionais, representadas pela política editorial e pelo profissionalismo jornalístico (SOLOSKI, 1999), estão presentes no processo de filtragem das notícias. Portanto, a seleção das notícias não é “incidental”, como afirmou Frias Filho. É regido em parte pelas rotinas produtivas estabelecidas nas redações, pelos constrangimentos organizacionais, por valores-notícia compartilhados pela comunidade dos jornalistas, pelas escolhas do *gatekeeper* e pelas diversas forças sociais, dentro de contextos históricos específicos que precisam ser analisados.

No livro que organizou, *100 páginas que fizeram história: grandes momentos do jornalismo brasileiro nos últimos 80 anos*, Dines (1997) mostra que está em consonância com Frias Filho ao apontar, em seu texto, que existe uma “arena” oculta na produção delas. Nas palavras de Dines (1997, p. 6), a primeira página é a “arena” onde se trava um “combate infundável” que o jornalista sempre perde. Para ele, existiria um motivo: “a vida continua, surpreendente, incapaz de ser apreendida, reproduzida e sintetizada” (DINES, 1997, p. 6). A admissão de conflitos no processo de edição aponta para o pensamento de Foucault (2009) e Tuchman (1978).

Entretanto, o jornalista Alberto Dines não atribui os conflitos aos constrangimentos organizacionais (BREED, 1999), interorganizacionais e transorganizacionais (SOLOSKI, 1999). Para Dines (1997), a razão seria a “vida que continua”, o que geraria uma angústia no jornalista diante da constatação da impossibilidade de “terminar o interminável”. Percebe-se uma semelhança em relação à narrativa de Frias Filho (2016, p. 7), para quem é necessário “isolar os fatos” diante do fluxo infinito de acontecimentos no processo de edição das páginas.

Acreditamos ser necessário desmistificar esse “fluxo infinito”. Tal visão, que o próprio Dines (1997, p. 6) chama de “romântica”, menospreza o papel dos jornalistas na construção das notícias, como apontado por Tuchman (1978) e Kunczik (2002). Esses



teóricos ressaltam que o aparecimento periódico dos jornais produziu uma demanda por notícias que não dependiam do fluxo de acontecimentos. Traquina (2005), como já apontado aqui, também demonstrou que a produção das notícias está sujeita a diversos fatores, como os constrangimentos organizacionais, os limites orçamentários e as rotinas produtivas existentes nas redações para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos.

Os três textos analisados também permitem apontar para o caráter fragmentário e mítico das páginas de jornais, como indicado por Anderson (1991) e Bird e Dardenne (1999). Sevckenko (2016) observa que é “desconcertante” para o historiador confrontar-se com a primeira página de um jornal. A origem do desconforto estaria no fato de o historiador, “esse profissional cartesiano acostumado a dividir, separar e selecionar” encontrar nela uma miscelânea de acontecimentos aparentemente sem nenhum denominador comum entre eles a que chamou de “perversa reunião” (SEVCENKO, 2016, p. 8). Já Dines (1997, p. 6) notou que páginas de jornais são compostas por “fragmentos intermitentes e esgarçados” que “transformam-se em História” por um “milagre”:

Nas manchetes e destaques, neste sistema de hierarquizar e relacionar o novo com o que é sabido, estão resumidas a arte e a ciência do jornalismo. Apesar de tanto esmero, ultrapassada a vigência e a vibração da edição, ela torna-se dispensável e descartável. Passado algum tempo, o milagre: a fênix renasce, aqueles fragmentos intermitentes e esgarçados somam-se e transformam-se em História (DINES, 1997, p. 6).

Frias Filho (2016) reforça o caráter mítico de primeiras páginas. “Daí a gravidade dramática de certas páginas, que percorremos hoje quase com um calafrio, ao trazerem de volta um dia que nos acostumamos a ver como crucial, decisivo, espantoso”, analisa (2016, p. 7). O texto do jornalista também ressalta a importância do que chama de “trivialidades” estampadas nas primeiras páginas, que seriam os fragmentos desconexos, sem “enredo coerente” (ANDERSON, 1991). “É natural que os elementos de leitura utilitária, pragmática e, por isso mesmo, efêmera apareçam na primeira página, dirigida, afinal, ao leitor da manhã seguinte, não ao pesquisador do futuro” nota (FRIAS FILHO, 2016, p. 7). “O dia a dia é sempre banal. Mesmo nas primeiras páginas mais ‘importantes’ haverá trivialidades e até ridicularias: elas fazem parte da vida e têm lugar, portanto, no





jornal”, defende Frias Filho (2016, p. 7). Como visto, os fatos do cotidiano mudam, mas são somados ao nosso repertório de significados prévios compartilhados culturalmente.

Considerações finais

A hipótese do artigo foi confirmada a partir da análise de narrativas dos textos de Frias Filho, Nicolau Sevcenko e Alberto Dines, presentes nos prefácios dos livros *Primeira Página: 95 anos de história nas capas mais importantes da Folha* e *100 páginas que fizeram história: grandes momentos do jornalismo brasileiro nos últimos 80 anos*. É possível afirmar que há um grau de incompatibilidade entre o imaginário que prevalece sobre a profissão que emerge dessas narrativas e as características distintivas do jornalismo pelas teorias do jornalismo já descritas.

Nos três textos, há o reconhecimento de que as rotinas produtivas de jornais impressos são atravessadas pelo sistema de exclusão nos discursos apontadas por Foucault (2009). Tal rarefação decorre do fato de o processo de seleção e edição das notícias embutir “trações antagônicas”, como enfatizado por Frias Filho (2016, p. 7), representar “uma arena oculta” onde se trava um “combate infundável”, nas palavras de Dines (1997, p. 6), ou ainda ser comparável a “um gesto de força”, como define Sevcenko (2016, p. 8).

Por outro lado, nota-se que o imaginário da teoria do espelho ainda é presente nas narrativas analisadas acerca do jornalismo. “Realidade objetiva”, “seleção natural” de acontecimentos, “profissão romântica”, “terminar o interminável” são expressões que distanciam o jornalismo do dispositivo de construção da realidade social, como descrito pela teoria do *newsmaking* (TUCHMAN, 1978). Entretanto, uma certa ambiguidade é percebida nos mesmos textos, ao admitirem a “política editorial”, “gostos”, “valores” e o papel ativo do jornal “na produção de imagens” sobre a realidade que compomos sobre o nosso próprio cotidiano.

Referências

AGUIAR, Leonel Azevedo; SCHAUN, Angela. A notícia e a lógica das sensações: uma contribuição para as teorias do jornalismo. **Revista Latinoamericana Comunicación Chasqui**, v. 132, p. 225-243, ago./nov. 2016. Disponível em:



<https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/2468/2789>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities**. Londres: Verso, 1991.

ARMSTRONG, Orland Kay. Beginnings of the modern newspaper: a comparative study of St. Louis Dailies from 1875-1925. **Journalism Series**, n. 39, p. 1-39, Feb. 1, 1926. Disponível em: <https://mospace.umsystem.edu/xmlui/handle/10355/54134>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BIRD, Elizabeth; DARDENNE, Robert. Mito, registo e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999. p. 263- 277.

BREED, Warren. Controlo social na redacção: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999. p. 152-166.

DINES, Alberto. Prefácio. In: DINES, Alberto (org.). **100 páginas que fizeram história: grandes momentos do jornalismo brasileiro nos últimos 80 anos**. São Paulo: LF&N, 1997. p. 4-7.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2009.

FRIAS FILHO, Otávio. Apresentação. In: FOLHA DE S. PAULO. **Primeira página: 95 anos de história nas capas mais importantes da Folha**. São Paulo: Publifolha, 2016. p. 5-7.

HALL, Stuart *et al.* A produção social das notícias: o ‘mugging dos media’. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999. p. 224-248.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo**. São Paulo: Edusp, 2002.

MINDICH, David T. Z. **Just the facts: how “objectivity” came to define american journalism**. New York: New York University Press, 1998.

RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2007.

RIESSMAN, Catherine Kohler. Narrative Analysis. In: KELLY, Nancy; HORROCKS, Christine; MILNES, Kate; ROBERTS, Brian; ROBINSON, David. **Narrative, memory & everyday life**. Huddersfield: University of Huddersfield, 2005. p. 1-17.



SEVCENKO, Nicolau. O rosto do mundo. *In*: FOLHA DE S. PAULO. **Primeira página**: 95 anos de história nas capas mais importantes da Folha. São Paulo: Publifolha, 2016. p. 8-9.

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999. p. 91-100.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. Contando ‘estórias’. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999. p. 258-262.

TUCHMAN, Gaye. **Making news**: a study in the construction of reality. New York: Free Press, 1978.

WHITE, David. O gatekeeper: uma análise de caso na selecção de notícias. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999. p. 142-151.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2009.

Submetido em: 24.03.2019

Aprovado em: 27.05.2020

